

SERÁ QUE ALGUMA VEZ SABEMOS MESMO O QUE FAZEMOS?

*Nelson Ernesto Coelho Junior*¹

<https://doi.org/10.51356/rpp.461a4>

É sempre bom discutir os textos do colega e parceiro merleau-pontyano Giuseppe Civitarese. Temos algumas divergências na forma de interpretar o campo gestáltico e a ontologia de Merleau-Ponty, que mencionarei abaixo. Neste ponto inicial, quero me concentrar nas dimensões propositivas e, de certa forma, retóricas de seu texto. O fato de ser o prefácio para um livro de dois colegas talvez ajude a entender a tonalidade mais próxima de um programa de ensino e de formação de psicanalistas. Mas justamente essa tonalidade, que em alguns momentos ressoa um manifesto do paradigma do campo analítico, pode gerar no leitor alguns incômodos. O ponto a ser destacado aqui me parece ser o de dar grande ênfase a ideias e estratégias clínicas que já têm um certo caminho trilhado na história da Psicanálise e que, portanto, não são tão inovadoras e causadoras de impacto como o autor dá a entender.

Há diversas maneiras de descrever as transformações históricas na técnica analítica. Civitarese opta por pensar a partir de paradigmas da ação terapêutica (clássico, kleiniano, relacional e campo analítico) que se sucedem e “se desenvolveram em continuidade, uns a partir dos outros”. Não há referência a outros modelos (as clínicas ferencziana e winnicottiana, por exemplo), mas posso aceitar que para seus argumentos esses quatro por ele mencionados façam mais sentido. O que pode gerar mais estranhamento, no entanto, é o uso de recursos retóricos para argumentar que o “paradigma do campo analítico” produz hoje impactos e resistências (“é contraintuitivo”) equivalentes aos que as ideias de Freud causaram no início do século XX. Será mesmo?

¹ Psicanalista, Doutor em Psicologia Clínica, Professor e Investigador aposentado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. *E-mail*: ncoelho@usp.br

Como se sabe, o casal francês Willy e Madeleine Baranger, radicados primeiro na Argentina, onde fizeram sua formação psicanalítica, e depois no Uruguai, onde fundaram a sociedade de psicanálise local, construiu no início da década de 1960 uma concepção da situação analítica que, em grande parte, preparou muitos dos desenvolvimentos da Psicanálise contemporânea. Os Barangers conceberam a situação analítica como sendo de fato uma “situação em que duas pessoas extremamente conectadas e complementares estão envolvidas no mesmo processo dinâmico” (Baranger & Baranger, 1969/1993, p. 129). O conceito de campo dinâmico que eles adotaram a partir da psicologia da Gestalt e da filosofia de Merleau-Ponty pode “ser aplicado à situação criada pelo analisando e pelo analista — pelo menos no plano descritivo — sem que isso implique a tentativa de traduzir a terminologia analítica em outra terminologia” (p. 129). Para eles, a situação analítica pode ser descrita como tendo uma estrutura espacial e temporal, estando orientada por linhas de força e dinâmicas determinadas, tendo suas leis e finalidades próprias. Entende-se, assim, que “este campo é o nosso objeto de observação imediata e específica. Como a observação do analista consiste em observar simultaneamente o analisando e a auto-observação correlacionada, só podemos defini-lo como a observação desse campo” (p. 130).

É evidente nesta descrição a presença de três elementos (Coelho Junior, 2016): a observação do analista da psique do analisando, de sua própria psique e a observação do campo. Nesta linha, Baranger e Baranger sugerem que a relação terapêutica construída na situação analítica é uma relação de duas pessoas. Mas é também, ou é basicamente, uma “relação tri ou mesmo multipessoal” (1969/1993, p. 132), que vê que várias clivagens psíquicas estão em constante movimento, o que cria um campo que é necessariamente mais complexo do que um campo estritamente de duas pessoas. Portanto, por si só, a introdução da noção de campo no panorama da teoria psicanalítica é uma indicação de que a situação analítica precisa de que três ou mais elementos sejam trabalhados e compreendidos; isto é, o analisando, o analista e o campo de forças e os sentimentos criados pelo par. O campo é tanto o resultado das relações possíveis entre analista e analisando, como é a condição de possibilidade da situação analítica em si. Os autores especificam que “toda ou cada ocorrência no campo é, ao mesmo tempo,

outra coisa” (Baranger & Baranger, 1969/1993, p. 133). Deste modo, eles denominaram a capacidade do campo de ser, ao mesmo tempo, uma situação experimentada como real pelo paciente (por exemplo, “que o analista o persegue”) e uma situação não contaminada por esses elementos (o paciente permanece na análise ao invés de fugir ou chamar a polícia) como “uma ambiguidade essencial da situação analítica”. Para eles, os analisandos “experimentam não só o analista e os detalhes da relação transferencial como ambíguos, mas também todos os aspectos do campo analítico” (p. 134). Com isso, quero destacar que a sua noção de campo analítico tem o inegável mérito de avançar em uma concepção que combina as dimensões de indiferenciação e diferenciação entre os membros do par. Neste ponto, acompanho o casal Baranger e divirjo das ideias de Civitarese apresentadas no texto. Seguindo a noção de uma dialética sem síntese proposta por Merleau-Ponty (1964), quero insistir na simultaneidade das dimensões indiferenciadas e diferenciadas do par analítico. Simultaneidade do dois (o “eu/tu” proposto por Civitarese) e do um (o “nós”). Penso que ao tratar o “nós” (“a perspectiva radical do ‘nós’”) como uma superação necessária da dualidade “eu/tu” na situação analítica, Civitarese perde de vista a ambiguidade fundadora do campo, que é ser ao mesmo tempo um e dois.

Além disso, o casal Baranger indica que “todo analista participa da ambiguidade corporal e responde com seu próprio corpo à comunicação inconsciente do analisando” (1969/1993, p. 136). Os autores desenvolvem uma investigação meticulosa da situação analítica, em que a ênfase especial é colocada no corpo do analista: “também se pode perceber que as fantasias dos movimentos corporais que aparecem no analista durante a sessão sempre correspondem às experiências vividas pelo analisando” (1969/1993, pp. 136-137). Sabemos o quanto Civitarese soube valorizar essa ideia por meio do desenvolvimento da “comunicação inconsciente cocriada” e, ainda mais, por meio de sua noção de *rêverie corporal*, mas com isso iríamos abrir outro grande tema que não teremos como desenvolver aqui. De toda forma, não só na América Latina os textos do casal Baranger foram lidos e discutidos, como bem demonstra o livro do psicanalista norte-americano Robert Langs (1976). E continuam sendo muito bem aceitos (Coelho Junior, 2019).

Talvez um outro ponto do texto de Civitarese que mereça discussão é seu diagrama da “bússola do significado inconsciente da comunicação na situação analítica”, por meio do qual ele anuncia que a Psicanálise é “uma disciplina hermenêutica” e critica uma visão dogmática da Psicanálise como se fosse uma religião. Não fica claro a quem ele dirige a crítica, mas seu argumento vai na direção de que é possível contrariar “o estereótipo da alegada ‘Babel’ da psicanálise”. A bússola indica, para o autor, a possibilidade de uma evolução de ações terapêuticas apoiadas na divisão eu/tu para uma ação terapêutica voltada para o nós, o que nos termos dele significa a aproximação a “um sentimento de maior autenticidade na existência”. Mais uma vez aqui, penso que a concepção de uma simultaneidade entre elementos poderia ser mais interessante do que a de uma evolução.

Já o diálogo entre as suas ideias e as do psicanalista norte-americano Thomas Ogden não chegam a ser explicitadas. Mas ao valorizar as dimensões vitais e criativas na clínica e ao insistir que no “plano inconsciente [é] difícil discernir qual é a participação do analista e distingui-la da do analisando, ou vice-versa”, aparece com forte ressonância aos textos de Ogden do final dos anos 1990.

Por fim, gostaria de indicar alguns pontos relacionados com os “exercícios” com os quais o autor encerra seu texto. O desejo didático de transmissão da experiência e das ideias psicanalíticas pede sistematização e, em alguns casos, uma simplificação expositiva, por motivos de espaço e tempo. Talvez o cuidado a se tomar nestas situações, por mais bem intencionado que se esteja, é não transformar a simplificação em um modelo. Devemos admitir que existem diferentes formas de transmissão da experiência psicanalítica e que todas elas serão insuficientes. E é o que elas devem ser. Como diz meu amigo Luís Cláudio Figueiredo, “devem deixar a desejar”, com toda a polissemia que esta frase carrega. Por isso, indico meu último incômodo; já que embora Civitarese defenda no final de seu texto a necessária espontaneidade no trabalho do analista, causa espanto a sua insistência nas várias “etapas” metodológicas/disciplinares (os exercícios) que ele exige que um analista deve percorrer até atingi-la. Tomara que todos os analistas consigam atingi-la.

REFERÊNCIAS

- Baranger W. & Baranger, M. (1993). *Problemas del campo psicoanalítico*. Kargieman. (Obra original publicada em 1969)
- Coelho Junior, N. E., (2016). The origins and destinies of the idea of thirdness in contemporary psychoanalysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 97(4), 1105-1127.
- Coelho Junior, N. E. (2019) From Ogden to Ferenczi. The constitution of a contemporary clinical thought. *The American Journal of Psychoanalysis*, 79, 468-483.
- Langs, R. (1976). *The bipersonal field*. Jason Aronson.
- Merleau-Ponty, M. (1964). *Le visible et l'invisible*. Gallimard.